

**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
SECRETARIA DA FAZENDA**

GUIA DE LANÇAMENTOS CONTÁBEIS – CONVÊNIOS COM RECEBIMENTO CONDICIONADO À EXECUÇÃO DO OBJETO

**Contadoria e Auditoria-Geral do Estado - CAGE
Divisão de Informação e de Normatização Contábil – DNC
Atualizado em 24/09/2021**

Sumário

1 – INTRODUÇÃO	3
2 – ALTERAÇÕES NO FLUXO PARA CONVÊNIOS COM RECEBIMENTO CONDICIONADO À EXECUÇÃO DO OBJETO	3
3 – ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO	4
3.1 – Empenhos não liquidados	4
3.2 – Liquidações a pagar ou pagas, cujo recurso financeiro não tenha sido repassado pela concedente.....	4
4 – EVIDENCIAÇÃO	5

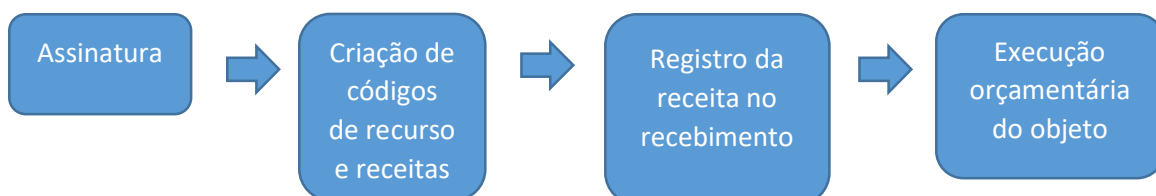
1 – INTRODUÇÃO

Esse guia tem por objetivo padronizar os procedimentos orçamentários e contábeis que devem ser realizados em casos de convênios em que o Estado seja conveniente, quando o ingresso de receita for condicionado à execução do objeto, conforme dispõe a Instrução Normativa CAGE 6/2020.

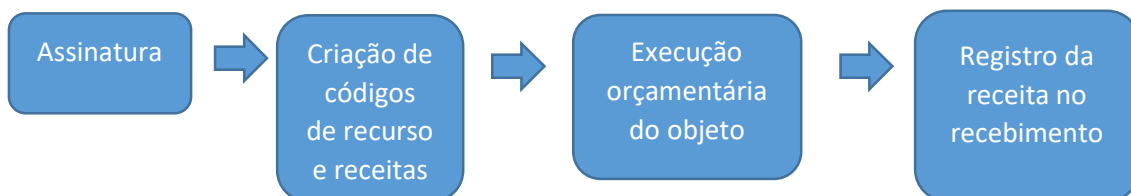
A necessidade de normatizar esses procedimentos surgiu com a realização pelo Governo Federal dos repasses financeiros pactuados em convênios somente após o início da execução orçamentária do objeto conveniado. Em alguns casos, há a exigência de apresentação do empenho, em outros a nota fiscal ou até mesmo a liquidação.

2 – ALTERAÇÕES NO FLUXO PARA CONVÊNIOS COM RECEBIMENTO CONDICIONADO À EXECUÇÃO DO OBJETO

Normalmente, o fluxo dos convênios ocorre com o recebimento do recurso após a assinatura e só então inicia-se a execução orçamentária do objeto conveniado, por meio do seguinte fluxo simplificado:



Nos convênios em que há a condição prévia de execução do objeto para recebimento financeiro da concedente, o fluxo simplificado é assim demonstrado:



A criação de código de recurso e respectivas classificações de receita orçamentária é realizada pela Divisão de Informação e de Normatização Contábil da CAGE e deve ser solicitado por e-mail: dnc.cage@sefaz.rs.gov.br.

O sistema FPE verifica, no momento do empenho, a existência de saldo de recurso orçamentário. O aumento do saldo se dá pelo registro de receita e a diminuição pelo empenho. Se o convênio for de recebimento condicionado à execução do objeto, o empenho ocorre antes da receita e

para que não haja trava no sistema, deve ser informado à DNC para que essa particularidade conste no cadastro do recurso orçamentário.

3 – ENCERRAMENTO DE EXERCÍCIO

Para o encerramento de exercício, a IN CAGE 6/2021 prevê procedimentos específicos para os recursos orçamentários de convênios com recebimento condicionado à execução do objeto.

Os procedimentos especiais devem ocorrer quando os recursos não tiverem sido transferidos pelo concedente até o final do exercício e existam:

- a) Empenhos não liquidados;
- b) Liquidações a pagar ou pagas.

3.1 – Empenhos não liquidados

Quanto aos empenhos não liquidados há a seguinte previsão:

Art. 5º - A CAGE promoverá o cancelamento, mediante estorno, dos empenhos não liquidados, efetuados à conta de recursos de convênios que, na data do encerramento do exercício, ainda não tenham sido transferidos por parte do concedente, em consonância ao disposto no art. 55, inciso III, alínea b, item 4 da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Parágrafo único - As despesas canceladas na forma do caput deverão ser reempenhadas no exercício em houver a previsão de execução da despesa.

Ou seja, se o Órgão possuir um empenho a liquidar relacionado a esses convênios, deve realizar o estorno já que a receita correspondente ainda não foi recebida, assim como são tratados empenhos a liquidar de outros recursos que não possuem disponibilidade financeira para cobertura desses valores.

3.2 – Liquidações a pagar ou pagas

O artigo 3º da IN 6/2020 prevê o que segue:

Art. 3º - Ao final de cada exercício financeiro, em observância ao disposto na Instrução Normativa CAGE Nº 08, de 27 de dezembro de 2016, a CAGE, as Autarquias e as Fundações realizarão os lançamentos contábeis de reconhecimento, no ativo circulante, do crédito a receber junto ao ente concedente, no valor das despesas liquidadas - pagas ou a pagar - cujo recurso correspondente não tenha sido repassado pelo referido ente.

Portanto quando for identificado pelo órgão alguma situação elencada no art. 3º deve ser realizado o seguinte lançamento contábil manual:

D – 1.1.2.3.3.08.01.0044 - CREDITOS A RECEBER DE OBJETOS DE CONVENIOS EXECUTADOS

C – 4.5.2.3.3.99.98.0004 - DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO

No exercício seguinte, quando ocorrer o repasse financeiro pela concedente, ocorrerá o seguinte lançamento automático pelo registro da receita orçamentária:

D – 1.1.1. - BANCOS

C – 4.5.2.3.3.99.98.0004 - DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO

Imediatamente, o ativo registrado no encerramento do exercício anterior deve ser baixado por meio do seguinte lançamento manual:

D – 4.5.2.3.3.99.98.0004 - DIVERSAS TRANSFERENCIAS DE CONVENIOS DA UNIAO

C – 1.1.2.3.3.08.01.0044 - CREDITOS A RECEBER DE OBJETOS DE CONVENIOS EXECUTADOS

4 – EVIDENCIAÇÃO

Recomenda-se a divulgação das informações relativas aos ativos reconhecidos de acordo com o art. 3º da IN 6/2020 em nota explicativa, quando os valores forem relevantes.